

PROJETO GRÁFICO: Gemini Comunicações
CAPA: Andréia Custódio
FOTO DA CAPA: © Marcos Bagno
EDITOR: Marcos Marcionilo
CONSELHO EDITORIAL: Ana Stahl Zilles [Unisinos]
 Carlos Alberto Faraco [UFPR]
 Egon de Oliveira Rangel [PUC-SP]
 Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipol]
 Henrique Monteagudo [Universidade de Santiago de Compostela]
 Kanavillil Rajagopalan [UNICAMP]
 Marcos Bagno [UnB]
 Maria Marta Pereira Scherre [UFES]
 Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]
 Roxane Rojo [UNICAMP]
 Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
 Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P829

Políticas da norma e conflitos linguísticos / Xoán Lagares, Marcos Bagno (organização); [tradução Marcos Bagno]. - São Paulo: Parábola Editorial, 2011, 392 p.; 23 cm. - (Lingua[gem]; 47)

Ciclo de palestras realizadas ao longo de 2008 no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7934-039-0

1. Sociolinguística - Congressos, 2. Norma linguística - Congressos, 3. Linguagem e línguas - Variação, 4. Linguagem e línguas - Aspectos políticos - Congressos, 5. Mudanças linguísticas - Congressos, 6. Dialetologia - Congressos, I. Lagares, Xoán Carlos, 1971- II. Bagno, Marcos, 1961- III. Título.

11-5459.

CDD: 401.9

CDU: 81.42

Direitos reservados à

Parábola Editorial

Rua Dr. Mário Vicente, 394 – Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-7934-039-0

© do texto: Centro de Estudos Galegos, Universidade Federal Fluminense

© da edição: PARÁBOLA EDITORIAL, São Paulo, setembro de 2011.

SUMÁRIO ■■■■

APRESENTAÇÃO..... 9
 XOÁN CARLOS LAGARES

VARIAÇÃO E NORMA LINGUÍSTICA: SUBSÍDIOS PARA UMA (RE)VISÃO.....15
 HENRIQUE MONTEAGUDO

1. A variação linguística e a circularidade do processo de descrição/ prescrição.....16
 2. O axioma do relativismo sociolinguístico e o dilema estrutura/ação.....17
 3. Os parâmetros da variação linguística.....19
 4. Variantes e variedades: objetividade, subjetividade, realidade intersubjetiva.....24
 5. Arquitetura do sistema. Gradação, multidimensionalidade, hierarquia.....28
 6. A variação diafásica ou sociofuncional: registro/estilo.....29
 7. Variação diastrática. Língua, discurso e atos de identidade.....33
 8. Socioestilo, padrão e nível.....38
 9. Norma objetiva e norma prescritiva.....40
 10. Do prescritivismo preconceituoso ao normativismo racional.....42
- Referências bibliográficas.....46

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA
 PADRONIZAÇÃO.....49

JAMES MILROY

1. Introdução.....49
 2. A cultura da língua padrão: atitudes populares.....57
 3. A língua num universo não padronizado.....64
 4. A padronização e o linguista.....70
 5. Legitimando a língua.....76
 6. Observações finais.....83
- Referências bibliográficas.....85

A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS DE "LATIM" E DE "ROMANCE"89

THOMAS DANIEL FINBOW

1. Introdução.....89

- MORAES, L. E. de S. (2005). Grupos locais do Partido nazista e os ditos alemães no Rio de Janeiro e Blumenau, in: POVOA NETO (org.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama do estudo migratórios*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- MÜLLER, T. L. (org.) (1980). *Imigração e colonização alemã*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- OLIVEIRA, G. M. de (org.) (2006). *Declaração universal dos direitos linguísticos. Novas perspectivas em política linguística*. Florianópolis: IPOL.
- PEREIRA, T. C. (2009). O peso das línguas. Tradução do original "Les poids des langues", in: SAVEDRA, M. M. G., SALGADO, A. C. *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: 7 Letras (CD de encarte).
- SAVEDRA, M. M. G. (2007). Línguas de/em contato: uma trajetória de planificação e política linguística no Brasil, in: V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), 2007, Belo Horizonte. *Caderno de resumos do V Congresso Internacional da ABRALIN*. Belo Horizonte: Editora Contexto, p.804.
- _____. (2008). Línguas majoritárias e minoritárias no Mercosul: a questão de línguas oficiais, línguas de trabalho e línguas de ensino, in: *Política linguística na América Latina*. João Pessoa: Ideia Editora, p. 115-126.
- SAVEDRA, M. M. G., HEYE, J. (2006). Línguas em contato: aspectos sociolinguísticos e políticas de línguas minoritárias, in: *Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL*. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras da UFMG.
- SEYFERTH, G. (1990). *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB.
- STEDJE, A. (2007). *Deutsche Sprache gestern und heute*. Paderborn: Wilhelm Fink Verlag.
- THEODOR, E. (1963). *A língua alemã*. São Paulo: Editora Herder.

"POLICÊNTRICO" E "PAN-HISPÂNICO" DESLOCAMENTOS NA VIDA POLÍTICA DA LÍNGUA ESPANHOLA ■■■■

ADRIÁN PABLO FANJUL
Universidade de São Paulo

1. ENTRE SITUAÇÕES E POLÍTICAS

UMA VISÃO extremamente simplificada e até ingênua poderia descrever o estabelecimento de uma norma linguística da seguinte maneira: "Num Estado nacional, autoridades criam a norma para a língua e a difundem, por meio da escola e da mídia, para sua adoção pela população toda". No senso comum de "cidadão do monolinguismo" que tentamos capturar com essa formulação, haveria um único centro de criação de norma, ausência de conflito e apenas uma língua num Estado nacional.

Trazemos à tona uma possível formulação como essa para focalizar a estrutura de relações que ela abriga: Estado nacional/escola/população. Queremos começar pelas grandes dimensões, indicando que a relação entre esses três termos, hoje tão naturalizados quando se pensa a padronização linguística, pode corresponder, na vida e na história de uma

língua como a que hoje denominamos “espanhol” ou “castelhano”, apenas a episódios e fragmentos descontínuos. Durante os mais de cinco séculos em que desenvolveu todos os traços de uma língua plenamente padronizada, o espanhol viveu também a expansão por imensos territórios em que nem sempre houve Estado nacional, e muitas vezes nem sequer escola ou interesse em que a população se alfabetizasse. Seu protagonismo em sociedades que incluíram desde formações com traços feudais tardios até as formas mais recentes do capitalismo, passando pelas diversas modalidades de colonização e opressão nacional, conforma um panorama conturbado, uma grandiosa história de desgarramentos que pareceria requerer, como primeira explicação, como é possível ainda identificarmos aí uma mesma língua. Apropriada e recriada pelas mais diversas visões, habitada por devotos, detratores e indiferentes, língua de imperialismos e também de resistências anti-imperialistas, imposta a alguns, arrebatada a outros, disciplinadora de imigrantes, deleite gregário de emigrados, poucas deve haver no mundo que tão teimosamente desmintam ideologias essencialistas sobre as línguas.

Aproximar-se de uma identidade linguística tão diversificada e estendida no tempo e na geografia, que rejeita claramente denominações como “coletivo” ou “comunidade falante”, impõe uma diferenciação provisória, mas necessária, entre, por uma parte, o estado de coisas, e, por outra, as decisões e aspirações dos que atuam sobre elas. Em outras palavras, seguindo Calvet (1997), diferenciaremos “situação (socio)lingüística” de “política linguística”.

A “situação linguística” de determinado espaço social, que pode ser o de um Estado nacional, mas também resultar de outras delimitações, é esse espaço social visto de seu aspecto linguístico: quais línguas e variedades participam dele, quais são as relações de dominação e força entre elas, que funções cumpre cada uma, como se distribuem em âmbitos centrais da vida econômica, cultural e política. Mas se mudamos o foco, do espaço social para uma língua determinada, a “situação” dessa língua, seu perfil glotopolítico pode ser descrito levando em conta seu lugar nas

relações de força, funções e âmbitos que acabamos de mencionar, considerados em toda a extensão dessa língua no mundo ou em determinado país ou região. Essa *situação social de uma língua* inclui, também, as políticas de que ela é objeto por parte de diversos agentes. As políticas linguísticas operam, é claro, sobre a situação, e podem, em diferentes graus, contribuir para mudá-la. Mas apesar da íntima relação existente entre situação e políticas, parece-nos importante, metodologicamente, para introduzir o tipo de explicação que aqui tentaremos, não perder de vista a diferença entre essas duas dimensões.

Assim define Calvet (2002: 145) as políticas linguísticas e sua aplicação prática, o planejamento:

Chamaremos *política linguística* um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento linguístico* a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato (grifo no original).

Assim, as ações de padronização resultam sem dúvida de políticas linguísticas, e, quando institucionalizadas, podemos considerá-las planejamento. A língua espanhola não é nem foi exceção nesse sentido. Porém, durante os mais de quinhentos anos que nos separam das primeiras ações padronizadoras sobre ela, foram tantos e tão diversos os agentes quanto descontínuos os empreendimentos, e intervieram também fatores históricos completamente externos ao domínio desses agentes, que condicionaram fortemente o processo político-lingüístico por transformarem os espaços sociais em que ele iria ter lugar e por modificarem os próprios modos de circulação da cultura. Por isso, em função de uma maior compreensão da dimensão histórica, parece mais esclarecedor organizar nossa explicação a partir de uma série de situações do que de uma sucessão de políticas.

Nos dois termos que propomos no título do capítulo, “policêntrico” e “pan-hispânico”, especificamente no seu funcionamento no discurso de diversos agentes, de maior ou menor cientificidade, envolvidos na vida da língua espanhola (os pesquisadores, os membros de “academias

da língua”, os docentes, os estadistas), entrecruzam-se e oscilam aquilo que caracteriza uma situação e aquilo que é próprio de políticas. Organizaremos este capítulo como uma interrogação desses dois termos em torno dessa oscilação. E o que esperamos construir é uma visão do processo de padronização da língua espanhola que permita comparar seus traços mais gerais com os da normalização das outras línguas que se abordam neste livro. Como esse processo se encontra atualmente num ponto crítico, que pode dar lugar a transformações, nosso trabalho partirá da situação imediatamente anterior, examinará os fatores históricos que a fizeram possível e interpretará, a partir deles, as políticas que hoje parecem apontar para diversas mudanças de rumo. No final do capítulo, daremos especial atenção à especificidade dessas políticas quanto ao espanhol no Brasil.

2. UMA ERA POLICÊNTRICA

Como veremos no item 4, o termo “pan-hispanismo” caracterizou, em diferentes momentos históricos, diversos complexos ideológicos com alguns traços em comum, que propiciaram políticas culturais com desiguais graus de aplicação e consequências práticas. Diferentemente, “policêntrico” é um termo empregado por numerosos pesquisadores, na sociolinguística, para referir-se ao modo como têm acontecido os processos de padronização e de surgimento de diferentes tipos de norma na língua espanhola. Desse caráter policêntrico, de sua extensão histórica e dos diferentes tipos de padronização que é necessário distinguir para compreendê-lo, nos ocupamos neste item do nosso capítulo.

2.1 Um equilíbrio pragmático

“Policêntrico” alude à inexistência de um centro único de padronização. Para introduzir sua significação na vida da língua espanhola, é adequada esta descrição de Lipski (1994: 154):

não existem normas pan-hispânicas que selecionem as variantes preferidas, nem nenhum país ou região universalmente reconhecidos como possuidores do padrão linguístico, e cuja forma de falar seja imitada pelos habitantes de outros países.

Há também estudiosos que destacam esse aspecto policêntrico em comparação com a padronização de outras línguas, como a portuguesa. O termo é empregado, com esse intuito, por Poll (2001) e Joseph (1987: 170):

O espanhol padrão é policêntrico, com normas individuais para o continente e para muitos países americanos; o português padrão é bicêntrico, com uma norma continental e uma norma brasileira¹.

Sustentaremos aqui que essa padronização policêntrica é o correlato de uma série de situações sociolinguísticas que configuram uma longa etapa histórica, que abrange pelo menos todo o século XX e que provém da segunda metade do século XIX. Essa etapa se caracteriza por um planejamento relativamente escasso para a língua como um todo supranacional, e pelo predomínio do não enfrentamento entre os diferentes agentes, sobretudo Estados nacionais. Durante essa longa etapa, não faltaram colisões pontuais de políticas em conflito em alguns lugares, mas sem continuidade e sem envolver o conjunto da extensão internacional da língua.

Existe desde inícios do século XVIII, e se manteve ao longo de todo esse período, a *Real Academia Española de la Lengua* (RAE). Embora nunca tenha deixado de ser referência para a identidade mundial da língua, sua ação efetiva foi, como veremos, bastante limitada. O que caracterizou boa parte das práticas de padronização na etapa que consideramos foi a influência do que Fontanella de Weinberg (1992: 121-122) denominara “centros de prestígio”:

Justamente a presença na América Hispânica de centros distintos de prestígio linguístico, que determinam a existência de uma padronização policêntrica, conspira contra a existência de uma pretensa unidade linguística, mesmo na fala padrão.

¹ Esclarecemos que, no texto citado, “o continente” se refere à Europa continental.

Na medida em que sua influência geográfica se consolida nos processos de urbanização e alfabetização massiva, esses centros de irradiação de normas de prestígio são identificados com as grandes cidades. Mas não se trata da "fala da cidade", extremamente heterogênea, ao menos não da cidade toda. As formas em variação que se consagram como prestigiosas no seu raio de influência correspondem aos usos dos setores de maior peso nos campos cultural e econômico. De cidades como Buenos Aires, Bogotá, México, Lima, Santiago, Caracas ou Madri impõem-se, com grande participação da escola e da mídia, modos de falar regionalmente percebidos como "cultos", considerando aqui regiões amplas, que em vários casos ultrapassam as fronteiras de um só país.

A situação policêntrica nunca significou o total desaparecimento de representações paralelas de uma superioridade ligada à "origem". Ocasionais irrupções de ideologias puristas em diversos países e momentos, relacionadas com alguns fatos históricos que analisaremos depois, fizeram e ainda fazem reaparecer a avaliação de um espanhol "melhor" atribuído à Espanha ou até a países da América que conservariam um castelhano menos "contaminado" pelos contatos e "desvios" (a Colômbia, e em algumas versões, o México). Mas essas projeções no terreno da ideologia nunca integraram uma política organizada e consistente, menos ainda um planejamento para intervir contra os hábitos de fala de prestígio em cada região, que pareceria inaplicável. Também não houve, como no Brasil segundo Bagno (2000), desenvolvimento de uma norma escolar baseada numa língua ideal e diferenciada dos usos reais dos falantes cultos. Prevalceu um equilíbrio entre os centros de prestígio, mais relacionado, como veremos, à conveniência econômica ou à indiferença do que ao acordo.

Quanto à produção de norma que essa realidade policêntrica promoveu, cremos que concorreram contraditoriamente duas modalidades: um predomínio de norma "subjacente" combinado com ações pontuais de seleção explícita. Para a primeira, em relação com os "centros de prestígio" na vida do espanhol, explica Rivarola (2001)²:

² Por ser texto eletrônico não tem número de página.

Não se pode determinar nesse momento quantos e quais são exatamente esses centros, na ausência da indispensável pesquisa empírica. É preciso advertir que, em sua maior parte, essas normas são de caráter *subjacente*, para adaptar um termo usado na bibliografia especializada, ou seja, que *não têm uma codificação explícita*. Não obstante, elas são reconhecidas como tais pelos falantes das correspondentes variedades e têm um *caráter implicitamente prescritivo* (grifos no original).

Esse "caráter implicitamente prescritivo" se percebe fundamentalmente no modelo localmente valorizado que se impõe em torno desses centros. Essa imposição, apesar de implícita, não deixa de ser conflituosa. Por uma parte, as falas de maior capital simbólico nos grandes centros urbanos coexistem com variedades interioranas muito próximas, mas diferenciadas delas por traços pontuais, às vezes apenas na prosódia ou na realização de alguns sons, e que adquirem uma legitimidade paralela e diferenciada. Se a fala "da capital" autoriza e legitima a projeção do país ou região para o mundo, no mesmo âmbito o "cantado" ou a "pronúncia" do "bom interior" significa o arraigo, o tradicional, o "autêntico". Por outra parte, no entanto, essas valorizações positivas coexistem sempre com o desprezo por traços que se identificam com baixa escolaridade, entre os quais caem também, às vezes, as mesmas variantes interioranas, positivamente apreciadas quando enquadradas em expressões artísticas populares.

Assim, o *diferente interno*, quer dizer, o traço que se afasta do modelo prestigioso local, está sujeito a preconceito precisamente quando é *interno*. Se o mesmo traço aparecer na fala de alguém de outro país ou região hispanofalante, da órbita de influência de outro centro de prestígio, e essa fala "soar" de modo que promova a identificação com posicionamentos favorecidos no espaço social, provavelmente não produzirá rejeição. Vale como exemplo, na região do Rio da Prata, o emprego de um "yeísmo"³ palatal [j], diferente do alveopalatal fricativo predominante nas

³ Denomina-se *yeísmo* a existência de um único som para o que ortograficamente se representa com Y ou com o dígrafo LL. A maior parte do mundo hispânico é *yeísta*, mas varia muitíssimo a realização específica do *yeísmo*.

falas prestigiosas de Buenos Aires e Montevideú [f]. Na fala de um habitante do interior, ele pode ativar estereótipos negativos que com certeza não emergirão se as mesmas pessoas o escutarem num filme espanhol ou mexicano, em que provavelmente muitos personagens apresentados como cultos produzirão esse som ou algum outro muito próximo.

Esse funcionamento do subjacente teve sua complementação na produção de norma explícita. O principal papel da RAE nesse sentido foi a reedição de seus dicionários e sua ortografia, sendo muito menos relevante seu papel na produção de gramática normativa. A gramática que publicara em 1931 foi de fato declarada caduca com o "Esbozo..." (RAE 1973), que não teve continuidade. A produção de norma se desenvolveu, na prática, de um modo extremamente diversificado, que foi de obras de consulta produzidas por autoridades como Manuel Seco ou Emilio Alarcos Llorach, até manuais de estilo de editoras e jornais, passando por textos escolares dos diversos países. Uma nítida marca da padronização policêntrica que estamos descrevendo consiste em que esses instrumentos linguísticos, salvo exceções, evitam condenar traços de qualquer tipo que correspondam a formas de prestígio em algum país ou região. A variação em torno dessas formas, quando abordada, é analisada em seus aspectos históricos ou estilísticos, e rara vez condenada como "erro" ou "defeito", qualificações reservadas para aquilo que não alcança prestígio em nenhuma região.

Como exemplos desse tratamento diferenciado, observemos o que acontece, por uma parte, com os pretéritos do indicativo e, por outra, com o denominado "dequeísmo". Existe em espanhol uma alternância entre o *pretérito perfecto simple*, ou *indefinido* (*canté, estuvimos, pasaste*), e o *pretérito perfecto compuesto* (*he cantado, hemos estado, has pasado*) para enunciar acontecimentos apresentados como concluídos. A diferença entre ambas as formas passa basicamente por diversos valores aspectuais, mas se observa uma importante variação, entre diferentes regiões e países, quanto à amplitude de valores e mesmo a frequência de uso para cada uma. Assim, os diversos instrumentos normativos, embora "recomendem" uma ou outra forma para a combinação com determinados marcadores temporais,

mostram-se "tolerantes" diante dos usos que não respondem a essas recomendações, e deixam os casos de ausência de marcador por conta de fatores estilísticos. O que explica essa flexibilidade é que falantes cultos de diversas regiões da Espanha e da América empregam quase exclusivamente o *perfecto compuesto* em todos os contextos de alternância, e variedades prestigiosas de outras regiões da América adotam o *perfecto simple* para todos eles. Não acontece a mesma coisa com o "dequeísmo", emprego da preposição "de" para anteceder orações encabeçadas por "que" conjuntivo e subordinadas a verbos transitivos diretos, como "Pensamos *de* que Andrés tiene razón", que não goza de prestígio em nenhuma região.

Para concluir essas considerações gerais sobre a etapa policêntrica, diremos que embora, como veremos em 2.3, sejam vários os fatores históricos que explicam esse equilíbrio e essa ausência de tentativas de predomínio centralizador que a caracterizam, não podemos deixar de destacar que ela corresponde a um período em que nenhum Estado nacional hispanofalante, nem sequer a Espanha, supera qualitativamente todos os outros no seu lugar na economia mundial ou nas relações geopolíticas de força. Durante praticamente todo o século XX, o espanhol é a língua de países que conformam um mercado importante e cobiçável, mas completamente subsidiário em relação aos centros hegemônicos de poder político, econômico e cultural. Por isso, o equilíbrio é, antes de tudo, pragmático, resultando da percepção de que ninguém sairia vitorioso de um confronto normativo.

2.2 O pano de fundo na materialidade linguística

Os processos de padronização e geração de norma, em que agentes diversos selecionam formas atribuindo a elas valores sociolinguísticos, separando o que fica dentro ou fora de determinada representação de língua legítima, operam sobre um real instável de formas em variação. Cabe perguntar-se sobre que base linguística real operaram os processos de padronização policêntrica na língua espanhola.

Não é objetivo deste capítulo dar conta dos vastíssimos estudos sobre a variação em todos os níveis do funcionamento do espanhol, sobre a qual existe volumosa bibliografia disponível. Apenas apontaremos aqui dois dados muito gerais que nos parecem necessários para dimensionar as condições de possibilidade sobre as quais se desenvolveu esse relativo equilíbrio entre centros de prestígio.

Por uma parte, deve ser considerada a grande irregularidade e descontinuidade na variação geográfica. Dos muitos traços fonéticos, morfológicos, sintáticos e lexicais em variação no espanhol, poucos são os que se apresentam exclusivamente numa região ou país, e é raro que algum deles exista somente na área de influência de um único centro de prestígio. Com distribuições sociais muito desiguais, os traços em variação aparecem, sem total continuidade geográfica, nas regiões e países mais diversos. Mesmo aqueles traços representados como emblemáticos de alguma identidade idiomática local, como o "voseo"⁴ para os argentinos, a aspiração do /s/ para os caribenhos, ou a realização fricativa de /tʃ/ para os chilenos, são encontrados, com valorações sociolinguísticas diversas, em outras latitudes. Essa irregularidade não apenas tem dificultado a determinação dialetológica de regiões dialetais nítidas, mas também tem desfavorecido que as percepções de alteridade atinjam o ponto em que uma região ou país se perceba como um todo homogêneo radicalmente diferenciado de todos os outros por igual.

Por outra parte, deve-se levar em conta a qualidade e distribuição dos traços em variação. Está bastante difundida a ideia de que a variação sintática seria pouco significativa no espanhol. De fato, a minimização da diferença é uma constante na ação institucional e nas ideologias que analisaremos nos pontos 3 e 4. No entanto, muitos estudos sobre regiões pontuais apontaram, desde décadas atrás, fenômenos que têm recebido maior atenção nos últimos tempos e que mostram que não há um limite

⁴ O "voseo" é o emprego do pronome *vos* para designar a segunda pessoa do discurso, em lugar do *tú*, usado mais amplamente no mundo de língua espanhola. O "voseo" ocorre na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, na Colômbia e em outras regiões.

qualitativo para a diversidade. Existem traços de marcada diferenciação sintática, como infinitivo com sujeito anteposto (*Al mi hermano llegar...*), ordem sujeito-verbo na interrogativa (*¿Qué esa gente esperaba?*) ou retomada pronominal, sem valor contrastivo, do sujeito. Se esses traços não têm perturbado a percepção de "unidade na diversidade" é, cremos, por três motivos. Um é que eles se concentram praticamente numa única região: América Central e Caribe. Outro é que, nessa região, não chega a consolidar-se uma variedade prestigiosa que assuma esses traços como emblemáticos. E por último, como consequência dos outros dois fatores, são fenômenos muito menos estudados do que os "clássicos" da variação, relacionados aos centros de prestígio de maior peso econômico e cultural.

Descrevemos, nos últimos dois pontos, as características da etapa policêntrica, esperando esclarecer que não se trata de uma "democracia" linguística, mas de um tipo de equilíbrio entre centros de poder desigual, e também de um modo de existência da desigualdade interna a esses centros. No próximo item nos ocuparemos das condições históricas que deram lugar a esse desenvolvimento peculiar.

2.3 Os caminhos da consolidação

2.3.1 Os Estados nacionais e as línguas

Como se chegou a uma situação como a que estamos descrevendo, que combina, durante mais de um conturbadíssimo século, relativa estabilidade com um planejamento escasso? Antecipamos já que a etapa policêntrica se configura na segunda metade do século XIX, quer dizer, juntamente com a consolidação dos Estados nacionais na América Latina. Um primeiro questionamento que poderia surgir é por que a separação das ex-colônias não deu lugar a algum tipo de entidade *glotopolítica* enunciada como *outra* em relação à Espanha, uma "outra língua" com nome. Dada a profunda relação entre as identidades linguísticas e as aspirações nacionais, podemos considerar sempre a possibilidade de que, mesmo havendo irregulares e relativamente escassas diferenças fonéticas, morfológicas,

sintáticas e lexicais, um Estado ou conjunto de Estados enuncie sua variedade de prestígio como uma nova língua.

Houve, efetivamente, nas primeiras décadas depois das guerras de independência, alguns questionamentos que podiam ter apontado nessa direção. Talvez o mais significativo tenha sido o projeto de reforma ortográfica produzido no Chile na década de 1840, proposto pelo argentino Domingo F. Sarmiento e apoiado no início pelo venezuelano Andrés Bello, naquele tempo, reitor da universidade nacional chilena. No entendimento de Sarmiento, defensor mais radical da reforma, ela se fazia indispensável para consolidar o processo independentista. Para outros de seus mentores, como Bello, as motivações apareciam mais relacionadas à "racionalidade" e didaticidade da escrita. A reforma foi aprovada em 1843 pela Universidade do Chile, mas sua aplicação foi muito desigual e seu sucesso prático foi nulo no longo prazo. Embora em vários países, como a Nicarágua ou a Colômbia, escritores e até governos a acolhessem parcialmente, a adoção não foi unânime nem sequer dentro do Chile, onde importantes jornais continuaram a usar a ortografia tradicional. Arnoux (2008: 198) avalia o fracasso da reforma dando grande peso ao problema da fragmentação dos Estados nacionais surgidos da independência:

Para levar a cabo uma mudança de tamanha envergadura, era necessário o estímulo de um mercado interno ampliado aos demais países, graças ao estabelecimento de uma confederação, dentro de cujas fronteiras os produtos escritos pudessem circular livremente, competindo assim vantajosamente com os espanhóis, fixados em uma ortografia que seria preciso descartar ideologicamente como resquício de um passado questionado. Talvez a necessidade e a impossibilidade da integração e a não coincidência política dos limites do Estado e dos limites da nação hispano-americana sejam o que, por fim, explique a energia e a lucidez da proposta e seu posterior desenlace.

Precisamente a tendência à fragmentação política favoreceu, naquele primeiro período, uma atitude que poderíamos ver como paradoxal. Os dirigentes mais comprometidos com o desenvolvimento cultural autônomo das novas nações, e ainda com uma perspectiva de unidade

continental, mostraram preferência pela manutenção da unidade linguística, embora isso significasse uma mesma identidade linguística com a Espanha. Foi essa a política que predominou, combinada, é claro, com a indiferença de outros setores das classes dominantes que nem sequer se questionavam sobre o tema.

Para entender os fundamentos dessa política de preservação da unidade, convém observar como a expressa **Andrés Bello**, sem dúvida um dos líderes mais lúcidos desse período **hispano-americano**. No prólogo a sua célebre gramática de 1847, podemos perceber sua preocupação com a possível balcanização linguística (Bello 1984: 33):

Mas o maior mal de **todos**, aquele que, se não for eliminado, vai nos privar das inapreciáveis **vantagens** de uma língua comum, é a torrente de neologismos de construção, que inunda e turva muito do que se escreve na América e, **alterando a estrutura do idioma**, tende a transformá-lo em uma multiplicidade de **dialetos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriões de idiomas futuros, que, durante uma longa elaboração**, reproduziriam na América o que foi a Europa no tenebroso período da corrupção do latim. Chile, Peru, Buenos Aires, México falariam, cada qual, sua língua ou, melhor dizendo, várias línguas, como acontece na Espanha, na Itália e na França, onde dominam certos idiomas provincianos, mas vivem a seu lado outros vários, opondo obstáculos à difusão das luzes, à execução das leis, à administração do Estado, à unidade nacional.

Longe estava essa atitude de qualquer subordinação à norma produzida na Espanha, nem sequer propunha uma unificação normativa total:

Não se acredite que, recomendando a conservação do castelhano, seja minha intenção tachar de vicioso e espúrio tudo o que é peculiar dos americanos. Existem locuções castiças que, na Península, passam hoje por antiquadas e que subsistem tradicionalmente na América hispânica. Por que proscrevê-las? Se, segundo a prática geral dos americanos, é mais analógica a conjugação de algum verbo, por que razão havemos de preferir aquela que caprichosamente prevaleceu em Castela? Se, de raízes castelhanas, formamos vocábulos novos, segundo os procedimentos ordinários de derivação que o castelhano reconhece e dos quais se serviu e continuamente se serve para aumentar seu caudal, que motivos há para que nos envergonhemos de usá-los? (Bello, 1984: 34).

Antecipa-se, em Bello, a percepção e legitimação de uma padronização policêntrica apoiada nos usos de prestígio local:

Chile e Venezuela têm tanto direito quanto Aragão e Andaluzia de que se tolerem suas divergências acidentais, quando elas são patrocinadas pelo costume uniforme e autêntico das pessoas educadas. Nelas se peca muito menos contra a pureza e a correção da linguagem do que nas locuções afrancesadas de que hoje em dia não deixam de estar salpicadas as obras mais estimadas pelos escritores peninsulares (Bello, *ibid.*).

A preocupação de Bello, que trazemos à tona como representativa de uma tendência no nascente campo intelectual hispano-americano, alça a unidade como força perante a possibilidade de dispersão ou de influências "bárbaras". Elas não afetam apenas a América hispanófona, também a própria ex-metrópole, "salpicada" de influência francesa. Nas décadas posteriores, de consolidação dos Estados nacionais, essa representação da unidade linguística como antídoto contra forças estranhas seria retomada pelas classes dominantes hispano-americanas, mas para conjurar, a partir de sua visão do espaço social, "ameaças externas" de natureza muito diferente.

As línguas indígenas, por exemplo, serão vistas como obstáculo para a "unidade nacional", e sua interferência no espanhol dos bilíngues, como desvio a ser corrigido. Em países como o México, de ampla população indígena, a política dominante é tentar que os aborígenes "esqueçam" línguas e costumes (Lara 2005: 180). Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, nos países mais fortes, aparece uma nova "ameaça": a imigração europeia, cheia de elementos "dissociadores" que falam italiano, galego, iídiche e muitas outras línguas, além de serem muitos deles anarquistas ou ativistas sindicais. Também diante desse "perigo" são rearticulados discursos em torno da unidade linguística como condição da unidade nacional. Assim, por exemplo, nas polêmicas no legislativo argentino dos primeiros anos do século XX, sobre a necessidade de ensino monolíngue a filhos de imigrantes, que podemos observar em Arnoux (2004), o purismo ideológico é funcional a uma perspectiva claramente etnocêntrica, que na sua retórica coaduna, como ameaça, o imigrante com

o indígena "selvagem", perseguido e derrotado não apenas pela conquista espanhola, mas pelo Estado nacional independente. O discurso que defende a imposição do castelhano como elemento disciplinador, e a exclusão das outras línguas (sobretudo o italiano) do ensino, na medida em que é purista, confluirá reiteradas vezes com o nacionalismo linguístico espanhol que descreveremos no ponto 4.

Desse modo, vai ganhando forma uma perspectiva de manutenção da unidade linguística no contexto de uma relação oscilante e tensa com a padronização que será produzida na Espanha, preservando independência e autonomia política e institucional, matizada com aproximações ideológicas diante de diversas alteridades ameaçadoras. Uma das manifestações mais claras dessa autonomia é o fato de que somente em pleno século XX, em 1951, será formada a *Asociación de Academias de la Lengua Española*, em que academias dos países hispano-americanos confluem com a RAE. E essa confluência não impedirá que o equilíbrio tenso de padronização policêntrica continue dominando.

2.3.2 As transformações no campo cultural

Creemos que o panorama histórico que descrevemos até agora neste subitem explica políticas e planejamentos que, partindo de setores de peso nos campos político e intelectual, contribuíram para a consolidação da situação policêntrica. No entanto, há um fator de outra natureza que, do nosso ponto de vista, é imprescindível para se compreender a peculiar evolução glotopolítica do espanhol do século XIX até os nossos dias. Um processo infraestrutural, de alcance mundial, que coincide historicamente com a consolidação dos Estados nacionais na América, mas que acontece independentemente dela: a transformação qualitativa dos modos de produção e circulação de enunciados, possibilitada pelas tecnologias de impressão e gravação e incentivada pela urbanização e pelas políticas de alfabetização massiva.

Referimo-nos ao que estudiosos como os da Escola de Frankfurt denominaram em diferentes momentos "cultura de massa" e "indústria

cultural" (Wolf 1985), e que aqui entenderemos como novos modos de circulação e reprodução dos bens culturais. Circulação qualitativamente potenciada não apenas pela existência de indústrias dedicadas a ela, mas também porque a separação histórica entre cultura "de elite" e cultura "popular" oral desfaz-se em função de uma hierarquia de múltiplos graus para as obras (Bourdieu 1966: 27). É nos muitos patamares dessa hierarquia, sobretudo nos níveis do que não é consagrado pela "degustação ilustrada", mas mesmo assim tem expressão ou registro *escrito*, que ganham extensão massiva gêneros que veicularão intenso contato entre enunciados de diferentes regiões de fala espanhola.

Creemos que esse fator não tem recebido a devida atenção nos trabalhos que explicam as diversificações e convergências no espanhol pós-colonial e contemporâneo. Em muitas dessas explicações, leva-se em conta o crescimento qualitativo da alfabetização, que também nós consideramos decisivo, por possibilitar boa parte do processo. Porém, os instrumentos de letramento são e foram, no geral, de circulação interna aos Estados nacionais, enquanto a reprodução dos gêneros de consumo massivo mostra, desde muito cedo, circulação de país a país. Essa circulação só é atendida nas suas expressões mais modernas, fundamentalmente televisivas, em trabalhos que, de uma perspectiva muito diferente da que aqui assumimos, tentam fundamentar a viabilidade de um espanhol "neutro", problemática que abordaremos no ponto 4.3. Aqui trataremos de um processo muito mais amplo, que não vemos como de neutralização, mas de aproximação entre falas diversas, e que é bem anterior à internacionalização da televisão.

Desde meados do século XIX, folhetins e novelas de aventuras começam a ser produzidos em espanhol ou traduzidos de outras línguas. Tanto as produções locais quanto as traduções circulam entre vários países. Um mercado editorial vai surgindo, ora graças às mesmas editoras que publicam literatura consagrada, ora nos jornais e revistas populares das principais cidades. Contistas, cronistas e folhetinistas que enviam sua produção para essas publicações periódicas começam a ter suas pequenas

obras editadas em meios semelhantes de outros países hispânicos, às vezes por intercâmbio entre os próprios periódicos. Essa possibilidade de transcender as fronteiras do próprio país gera a procura de uma expressão isenta de traços lingüísticos percebidos como locais. Essas tentativas se realizavam sem uma base de conhecimento que permitisse discernir o que realmente era "local" do que podia ser mais generalizado no resto dos países, dando como resultado uma discursividade bastante híbrida, com tendência a estilos afetados ou arcaizantes. Vale esclarecer que, na mesma época, cresce também o público leitor de literatura consagrada, bem como a produção dessa literatura nos países da Hispano-América, que no final do século XIX, com o Modernismo, adquire prestígio também na Espanha.

O cinema vem somar-se a essa circulação, mesmo no seu período mudo, que também requeria tradução de cartazes e legendas. O rádio, com sua capacidade de chegar inclusive aos não alfabetizados, potencializa ainda mais o processo. Folhetins e novelas populares se tornam seriados radiofônicos, locais ou estrangeiros, que devem ser dublados. As dublagens se exportam entre países de fala espanhola, como acontecerá logo depois com o cinema sonoro e mais tarde com os seriados de televisão (Antola e Rogers 1984). Dessa maneira, todos os falantes, mesmo os não escolarizados, de todos os cantos da Hispano-América, se familiarizam com a escuta de outras variedades, de "sotaques" alheios. O mesmo acontecerá com as histórias em quadrinhos. Por diferentes causas, a Espanha participará menos dessa circulação, dublando e traduzindo localmente muitos produtos.

Junto com esse consumo de produtos traduzidos ou feitos em espanhol para distribuição geral, também haverá produções das culturas nacionais que atingirão grande sucesso nos outros países, sem atenuarem em nada sua fortíssima cor e idiomática local. Assim, a partir dos anos 1940, o cinema melodramático mexicano, a canção popular espanhola, o tango argentino e os ritmos caribenhos, entre outros, serão vistos e ouvidos no continente hispanofalante todo. Esse sucesso não quer dizer

que o público entendesse “tudo” o que ouvia. Sem dúvida, havia lacunas e uma fluidez de compreensão bem menor em comparação com qualquer produto local. Mas, mesmo assim, essa relativa incompreensão se integrava à fruição da obra, muitas vezes com um efeito de comicidade.

Enfim, cremos que o contato multilateral possibilitado por esse processo é fundamental para se compreender por que, apesar de a língua não ter deixado de se diversificar, manteve-se e cresceu também a percepção de um espaço linguístico mais abrangente que a variedade local. Esse espaço produz, é claro, uma identificação mais fraca e difusa que o local, mas é, de qualquer modo, inclusivo: não soa como *outra* língua. Assim, a ideologia escolar de uma “língua comum”, muitas vezes apoiada em leituras de tom artificioso que só conseguiam a alheação do estudante, teve como correlato a experiência com essas falas outras que, por caminhos diferentes, propiciavam essa identificação.

A expansão da televisão e da indústria discográfica acentuará, do nosso ponto de vista, os aspectos mais homogeneizadores (em consequência, os menos comunicativos) do processo. Surgem produtos planejados de início para a exportação “trans-hispânica”, dos quais se tenta apagar toda idiosincrasia. À “pasteurização” linguística, que evita os traços locais mais evidentes, acrescenta-se a desterritorialização. Telenovelas em que os atores tentam falar como em região nenhuma e cujos cenários são inidentificáveis: cidades, praias, fazendas de todo e nenhum país, com nomes próprios para pessoas e lugares que poderiam ser usados em qualquer nação da América hispanófono. No campo da música de consumo massivo, sobretudo nos gêneros mais uniformizados e de menor **indagação estética**, começam a aparecer, a partir da década de 1960, **intérpretes que neutralizam alguns traços fonéticos, tornando difícil identificar sua procedência nacional**. Tal identificação seria, de qualquer modo, banal, já que sua temática e ritmo também não se enquadram no repertório de nenhuma região. É o caso dos muitos intérpretes “românticos” que têm conformado, nas últimas quatro décadas, um repertório “latino” desnacionalizado.

3. MUDANÇAS HISTÓRICAS. RUMO A UMA POLÍTICA CENTRALIZADORA

As condições históricas que deram lugar ao que descrevemos como “etapa policêntrica” começam a mudar na década de 1980. As mudanças produzem **novas políticas**, que **descreveremos a partir daqui**, e que tendem a um **tipo peculiar de centralização**, embora ainda não tenham produzido uma **nova configuração** glotopolítica.

Explicamos antes que a etapa policêntrica tem a ver com um período histórico em que nenhum dos Estados nacionais hispanofalantes supera qualitativamente todos os outros na inserção na economia mundial. Isso começa a mudar na década de 1970, quando os países hispano-americanos mais fortes, como o México, a Argentina ou o Chile sofrem transformações econômicas que acentuam sua dependência, ao mesmo tempo em que fazem crescer seu endividamento externo e os índices de pobreza na sua população. Em compensação, na década seguinte, a Espanha ressurgiu como potência econômica e se integra à União Europeia, bloco econômico e político que adquirirá um crescente peso no cenário mundial.

O novo salto no desenvolvimento dos meios da comunicação e a intensificação da mundialização da economia favorecem a homogeneização de certas práticas culturais, mas também, e contraditoriamente, dão evidência às minorias e às identidades grupais mais diversas. O campo das identidades linguísticas não é alheio a essa nova tensão. Como explica Fishman (2001), enquanto o inglês cresceu como nunca antes no seu caráter de língua internacional, as línguas regionais ganharam uma visibilidade inédita. Nos países falantes de espanhol, isso significou maior percepção para as línguas ameríndias e, especificamente na Espanha, para as línguas das nacionalidades minoritárias, reprimidas durante o período franquista. E uma nova e **importante minoria se acrescenta ao panorama da língua**: os hispano-norte-americanos, com suas variedades interlinguais.

Vista da perspectiva de quem melhor posicionamento atinge no campo econômico e político, no caso, os setores dominantes no espaço

social na Espanha, a combinação desses fatores promete crescimento, mas também ameaça com desagregação. Por uma parte, temos o papel das outras línguas no revigoramento de diversas identificações nacionais dentro do Estado espanhol; por outra, a possibilidade de dispersão do que se perfila como um mercado promissor na América. Uma nova política centralizadora aparece, para esses interesses, ao mesmo tempo como factível e necessária. E ela é estimulada, também, por outro fator novo: a necessidade de ensino do espanhol como língua estrangeira, que cresce acompanhando o desenvolvimento econômico da Espanha e a integração das classes médias hispano-americanas à comunicação global.

No entanto, a imposição internacional de um padrão peninsular de prestígio aparece como inviável. Mais de um século de vida policêntrica não desaparece com um passe de mágica. Pretender que alguma região designe, mesmo para alguns gêneros do discurso, as variantes prestigiosas que identificam os setores de poder no espaço social não apenas implicaria um grave enfrentamento político-cultural, mas também seria contraproducente no plano econômico.

Em consequência, a nova política que vai sendo assumida, não sem idas e voltas, por setores do capital espanhol em alta, não se estrutura em torno da legitimação de uma variedade de prestígio por cima das outras, mas da tutela indireta sobre todas elas.

Qual é o sujeito político dessa tentativa de centralização? Cremos que seria inexato identificá-lo com a Espanha como Estado nacional. Certamente essa política conta com o apoio político e orçamentário do Estado espanhol, mas ela é protagonizada e sustentada fundamentalmente por um conjunto de empresas de capital transnacional, como Telefónica, Repsol ou o Banco Santander, que cresceram com base na integração da Espanha na União Europeia. Unidas a editoras e a empórios multimídia, enunciam uma relação com a língua como “ativo econômico” internacional. Como parte do gerenciamento desse ativo, fomentam e patrocinam os cenários para o trabalho de outro grupo de entidades de “administração” da língua e da cultura, algumas espanholas, como o Instituto Cervantes, e

outras de identidade nacional crescentemente difusa, como a Real Academia Española e a Asociación de Academias de la Lengua Española.

Nos fóruns montados por essas entidades, como o Congreso Internacional de La Lengua Española, ou diversos eventos sobre o espanhol como “recurso econômico”, diretores das empresas e editoras, funcionários governamentais, artistas e intelectuais convidados compartilham espaço com reconhecidos especialistas nos mais diversos aspectos do funcionamento linguístico, todos de diferentes origens nacionais dentro do mundo hispânico.

Também com o auspício desses heterogêneos mentores têm sido desenvolvidos importantíssimos instrumentos linguísticos. O processo começou por uma obra gramatical descritiva de grande porte (Bosque e Demonte 1999), com participação de pesquisadores de universidades do mundo inteiro. Seguiu pelo *Diccionario pan-hispánico de dudas* (RAE, 2005), produzido por profissionais da Asociación de Academias. Ao enunciar-se como apresentando a “norma culta”, o dicionário dá um passo importante na definição de uma totalidade e na atribuição de homogeneidade a um segmento dela, a “*lengua general culta*”:

Por seu caráter de língua supracional, falada em mais de vinte países, o espanhol constitui, na realidade, um conjunto de normas diversas, que partilham, não obstante, uma ampla base comum: aquela que se manifesta na expressão culta de nível formal, extraordinariamente homogênea em todo o âmbito hispânico, com variações mínimas entre as diferentes regiões, quase sempre de tipo fônico e lexical (RAE 2005: xiv).

No seguinte instrumento produzido, a *Nueva gramática de la lengua española*, mantém-se essencialmente essa caracterização do espanhol “geral” e a norma é definida como “policêntrica”.

Na atualidade glotopolítica do espanhol, ser patrocinador da pluralidade interessa muito mais do que poderia render a inviável defesa purista de uma norma peninsular. Desse modo, a instância que caracterizamos como tutelar, centrada em setores de poder no campo político e econômico da Espanha, mas de caráter mais corporativo do que político-nacional,

tenta uma centralização erigindo-se não em guardião, senão em administradora da língua "supranacional", incluindo sua diversidade. Para tanto, faz-se necessária, no plano da ideologia, determinada representação da língua, que analisaremos no ponto seguinte.

4. PAN-HISPANISMO: DIMENSÃO IDEOLÓGICA

Todo projeto glotopolítico se apoia em ideologias sobre as línguas do seu campo de ação. Nos documentos e materiais de difusão do poder centralizador que descrevemos no ponto anterior, emprega-se o termo "pan-hispanismo" para denominar a orientação propiciada. Por exemplo, no próprio sítio da RAE na internet existe atualmente o espaço denominado "A política linguística pan-hispânica", que apresenta essa política como característica dos últimos anos. No entanto, como veremos, a denominação em questão acompanha diferentes momentos do nacionalismo espanhol desde pelo menos os últimos anos do século XIX. Analisaremos os traços centrais que diversos especialistas encontram na nova versão do pan-hispanismo, e contraporem alguns deles às formulações do passado.

4.1 A recriação de um imaginário

Para Del Valle (2005 e 2007), o discurso que acompanha a ação tutelar que temos descrito tem um traço paradoxal: apesar de recusar o nacionalismo linguístico, de fato resulta num tipo de "pós-nacionalismo", já que suscita a adesão a uma pós-nação: a língua, como pátria comum. A política linguística que acompanha o acionar do capital espanhol na América Latina, e que também reforça uma imagem coesa, dentro da Espanha, perante as línguas das comunidades autônomas, promove a representação de uma língua castelhana com três características que se abstraem de seus discursos: "concordia", "internacionalismo" e "rentabilidade". As duas primeiras são as de maior interesse para o desenvolvimento da nossa explicação neste capítulo.

Por uma parte, a língua espanhola é apresentada, nesses discursos, como aquela que nunca foi imposta, mas assumida pelos diversos povos por livre vontade. A língua como lugar de encontro é uma das metáforas com que se realiza essa peculiar leitura, entre outras coisas, da conquista da América.

O segundo traço, o "internacionalismo", localiza-se na relação da língua com a cultura e o território. Del Valle emprega esse termo para significar tanto o abandono do nacionalismo linguístico quanto da ideologia, ligada ao romantismo, da língua como espírito de uma cultura. O resultado, não menos ideológico, é a enunciação de uma língua sem historicidade. Em palavras de Gregorio Salvador, citadas por Del Valle (2005, s.p.), a língua espanhola "já não é vernácula em parte alguma" e "se transformou em pura essência linguística". De nosso ponto de vista, essa representação é chave para entender a projeção mundial dessa política, particularmente no ensino de espanhol como língua segunda e estrangeira. Ela deslegitima como objeto de conhecimento as identificações culturais particulares, regionais e nacionais, veiculadas pelas variedades mais ou menos delimitadas pelo processo policêntrico que descrevemos no ponto 2 e que obviamente não poderiam apresentar-se na língua "supranacional" como todo glotopolítico. Assim, os espaços linguístico-culturais particulares, com suas contradições internas, precisamente o campo para vivenciar o funcionamento linguístico real afetado pela memória social, são aplainados como superfícies que "la Lengua" poderia sobrevoar sem que nada a afetasse na sua "essência". Dizemos "aplainados" e não "apagados" porque o discurso pan-hispânico não deixa de destacar a diversidade cultural, componente funcional para os aspectos mais lucrativos da tutela: apenas a separa da língua, representada como acabamos de ver.

Essa separação marca um interessante contraste em relação ao "pan-hispanismo" dos primeiros anos do século XX. Tendo perdido a Espanha sua dimensão imperial nos campos econômico e político, intelectuais relacionados à denominada "geração de 1898" veem a possibilidade de reivindicar, para o país, uma liderança cultural em relação à América

Hispanica, apoiada na valorização de um papel histórico que será representado como “civilizador”. Como podemos ver na análise que Vázquez Villanueva (2009) realiza sobre a obra de Rafael Altamira, um dos formuladores da tese pan-hispânica, a construção imaginária criada naquela época atribui explicitamente à Espanha um papel tutelar e sustenta a territorialidade da língua, bem como sua condição de veículo de uma cultura comum, ambas dimensões ausentes do pan-hispanismo atual. Porém, tanto este quanto aquele, por um caminho ou pelo outro, deixam o plano linguístico isento dos efeitos da diversidade cultural sobre seu funcionamento.

No passado que estamos comentando, algumas das propostas pan-hispânicas tiveram parcial e irregular eco em setores dominantes do campo político hispano-americano. Embora elas resultassem, em última instância, contraditórias em relação a seus próprios hábitos linguísticos, o purismo que propiciavam era um aliado no disciplinamento de imigrantes e aborígenes, como já apontamos em 2.3.1. As posteriores crises políticas na Espanha foram ocasionando reformulações do pan-hispanismo que já não propiciariam alianças significativas na América. Com efeito, a reivindicação da “*Hispanidad*”, própria do clima ideológico que daria lugar, anos depois, ao franquismo, abandona o discurso liberal e acrescenta valores políticos e religiosos marcadamente retrógrados. Nas palavras de um de seus mentores, Ramiro de Maetzu (1931:86), “as duas fontes históricas da comunidade dos povos hispânicos: a religião católica e a monarquia católica espanhola”. Dificilmente essas “fontes” encontrariam simpatia ampla no outro continente, mesmo entre setores conservadores.

O atual discurso pan-hispânico abandona o nacionalismo e o centralismo cultural do passado, mas tenta repor, de outra maneira, o componente emocional comportado pelos valores nacionais e étnicos. Arnoux (2006, s.p.), que caracteriza a política que estamos analisando como “de área idiomática”, explica assim essa contradição:

Como vemos, as políticas de áreas idiomáticas requerem a construção de um imaginário coletivo no qual a dimensão emocional permita as identificações; daí vem o apelo aos sentimentos associados com a pátria. Mas esta

deve ser despojada dos atributos tradicionais da forma nação — particularmente, território e soberania política — e ser associada a uma comunidade falante “global” que não remeta a um Estado nacional concreto.

Numa interpretação análoga, para Del Valle (2007 e 2005), o nacionalismo é recriado como “pós-nacionalismo”. A própria língua ocupa os espaços da cultura e do território, que ficaram vazios na construção ideológica do atual pan-hispanismo. A língua, desprovida de historicidade, é a “pátria comum” que propicia a concórdia e exige lealdades.

4.2 Tornando-se visível

Del Valle (2005) aponta que um dos traços da atual política hegemônica para a língua espanhola é a “invisibilidade”. O termo alude a que os discursos ocultam seu caráter de política relacionada a interesses econômicos. Ela aparece como um imotivado acontecer, algo derivado do que aqui entendemos como “situação”.

Do nosso ponto de vista, nos últimos anos, vamos presenciando uma passagem da invisibilidade a uma crescente visibilidade, quer dizer, vai ficando gradualmente evidente tanto sua qualidade de política quanto a relação com os setores de poder que a propiciam.

Uma expressão disso é a produção, em 2008, do controverso *Manifiesto por una lengua común*, que incluiu, entre seus promotores e primeiros signatários, membros da RAE e dirigentes de empresas relacionadas aos cenários de difusão pan-hispânica. O manifesto, que reivindicava o castelhano diante do avanço das línguas co-oficiais em comunidades autônomas como Catalunha, Galiza ou País Basco, recebeu inúmeras críticas, sendo qualificado por alguns adversários como uma expressão de nacionalismo linguístico intolerante.

No ano anterior, a aprovação do Sistema Internacional de Certificación del Español como Lengua Extranjera no contexto do XIII Congreso de las Academias de la Lengua Española também revelou aspectos de uma política monoglósica. Por desconhecer não apenas outras iniciativas de

certificação, mas pontos de vista já expressos em outros fóruns acerca da difusão do espanhol como língua estrangeira (Acuña 2007), o fato contribuiu para evidenciar a crescente centralização de ações padronizadoras nas mãos do mesmo grupo de instituições.

4.3 As problemáticas do “espanhol neutro”

Frequentemente se ouvem, nos âmbitos educativos e midiáticos, afirmações sobre um espanhol “neutro”, “padrão”, ou mesmo “internacional”. Esta última denominação aparece, inclusive, entre as opções dos menus de ortografia de alguns processadores de texto.

Embora os usos corriqueiros desses termos tenham pouco a ver com reais processos de normalização e provenham, na maioria dos casos, do escasso conhecimento da situação do espanhol e de seus instrumentos linguísticos, parece-nos oportuno dedicar um fragmento deste capítulo a esclarecer a que essas denominações tentam se referir em campos não especializados.

A RAE e a Asociación de Academias de la Lengua Española utilizam o termo “estándar” nas novas publicações que aqui mencionamos (o *Diccionario Pan-hispánico* e a *Nueva Gramática*) como equivalente do que recortam como “*lengua general culta*”, de acordo com as considerações que explicamos no ponto 3. Dado que, segundo eles mesmos descrevem, essa “*lengua general*” apresenta importante variação no léxico e na fonética, ela nada tem a ver com as frequentes procuras escolares ou midiáticas de “um termo” ou “uma pronúncia” mais “aceitos” para aquilo que se percebe em variação. Quer dizer, nem mesmo os instrumentos normativos mais atuais dirimem esses conflitos, o que tem a ver com a inviabilidade de consagrar ou condenar varáveis prestigiosas de diferentes regiões.

Por isso, o termo “neutro” se relaciona com necessidades práticas de campos como a mídia ou a comercialização de bens e serviços. Gómez Font (2003: 37-38) sintetiza alguns desses empregos:

Esse é o nome que lhe dão os profissionais da tradução e da dublagem, e é um de seus principais quebra-cabeças, porque muitos clientes exigem que os tradutores escrevam em um espanhol que sirva para qualquer país, isto é, entrando diretamente no comercial, que sirva para apresentar e vender seus produtos em qualquer país hispano-falante. [...] Esse mesmo nome já foi usado em meados do século passado nos estúdios de tradução de Porto Rico, México e Miami, onde eram dubladas em espanhol as séries norte-americanas de televisão, ainda em preto e branco, e também os filmes de desenhos animados de Walt Disney que víamos no cinema. O que se propunha naqueles anos era conseguir que os atores falassem em um espanhol que, nem por seu sotaque, nem por suas características gramaticais ou lexicais, fosse reconhecido como próprio de nenhum país. Para quê? Para vender esses produtos sem nenhum problema de rejeição em nenhum dos países hispanofalantes.

Em alguns âmbitos acadêmicos, estão em andamento projetos de pesquisa que se propõem estudar e avaliar essas necessidades, sobretudo as da mídia internacional, na elaboração de programas informativos ou de outros tipos para vários países. Um deles é *Difusión internacional del español por radio, televisión y prensa: Unidad y diversidad de la lengua española* (Ávila 2001), pesquisa que, com metodologia quantitativa, estabelece índices que diferenciam o léxico de uso “geral” daquele correspondente a um vocabulário local. Embora esses projetos sejam expostos nos mesmos fóruns de difusão da política pan-hispânica, eles não se direcionam, atualmente, a uma ação padronizadora.

4.4 O pan-hispanismo e o Brasil

Muito sinteticamente, exporemos aqui algumas especificidades da política que estamos descrevendo em relação com o Brasil, em especial com seus espaços educativos. O Brasil tem sido, a partir da criação do Mercosul, mas em geral como efeito da tendência mundial às integrações regionais, um campo de crescimento da demanda de ensino de espanhol.

Os mentores da política pan-hispânica dedicaram, nos últimos quinze anos, inúmeras páginas e minutos nos meios de comunicação a especulações de todo tipo sobre as consequências dessa novidade. O aspecto mais mercantil dessa política ganhou destaque primeiro, anunciando novas cifras astronômicas a serem conquistadas pelo “espanhol como recurso econômico”, ainda mais considerando a expansão, no país, das transnacionais e bancos que participam do gerenciamento do “recurso”. Mas o correlato geopolítico não ficou para trás. Manchetes anunciando um Brasil bilíngue, difusão de estatísticas completamente inverossímeis sobre quantidades de atuais e futuros aprendizes de espanhol começaram a ser corriqueiras na imprensa espanhola. E se multiplicou, no território brasileiro, o acionar dos órgãos governamentais e semigovernamentais, como o Instituto Cervantes, encarregados da difusão e promoção da língua.

Não faltaram enfrentamentos com o campo universitário e o professorado brasileiro, devidos a atitudes avaliadas como invasivas em relação às competências dos profissionais do país, sobretudo a partir da sanção da lei 11.161, que estabelece a oferta obrigatória do espanhol no ensino médio. Expressando um ponto de vista desse campo, González (2008: 3178), avalia como ingerência o proceder das instituições que representam a política pan-hispânica:

Essa proposta de ajudar a “formar” professores — algo que é função das instituições universitárias brasileiras (sobretudo as públicas), cujos docentes, na sua grande maioria, vêm se opondo publicamente a tal ingerência, e que é uma missão de interesse político nacional — pareceria vir ganhando espaço e força por meio de acordos feitos muitas vezes pelas mais altas instâncias das instituições acadêmicas nacionais, de secretarias de educação ou, em alguns casos, com o aval de alguns grupos de docentes e de associações interessados que atuam nesses espaços acadêmicos.

A constante pressão para que o Instituto Cervantes intervenha na formação docente, ou mesmo na elaboração de material didático e de cursos inteiros para as escolas, fundamenta-se, no discurso da mídia favorável e das próprias instâncias de poder local que a encampam, numa suposta limitação do sistema educativo e universitário nacional para

desenvolver com sucesso essas tarefas. Em trabalhos como o que citamos de González, e em inúmeras declarações públicas, pesquisadores universitários e associações de professores têm desmentido essa limitação com abundantes dados e chamado a si a competência em espanhol na escola e na universidade brasileira⁵.

Observando a discursividade que acompanha a atuação “pan-hispânica” no Brasil e sobre o Brasil, cremos que se destacam duas constantes: a unilateralidade e a urgência. A primeira, por omissão; a segunda, por infatigável repetição.

Por “unilateralidade” nos referimos à ênfase na necessidade de que os brasileiros aprendam espanhol, sem que apareça no discurso dessas instituições espanholas a proposta de que os hispanofalantes aprendam português. Recorre-se à repetidíssima metáfora do Brasil como uma “ilha” num mar hispanófono, assimetria que deveria ser “corrigida”. E a urgência, pregada incessantemente, para que o Brasil “não perca o trem” da história, da língua chamada a ser lugar de “encontro” e “concórdia”, tem uma íntima relação com a perspectiva unilateral.

O Brasil está num processo de integração regional, que, em que pese suas dificuldades, têm obtido resultados visíveis. Tanta urgência e insistência em ocupar espaços educativos, por parte do Instituto Cervantes e das empresas de origem espanhola, parece destinada a prevenir a real possibilidade de que, numa região do mundo, a expansão da língua espanhola se realize com outras políticas e por meio de agentes não incluídos, pelo menos diretamente, na missão mundial centralizadora.

Com efeito, os avanços efetivos do Mercosul questionam, de fato, alguns aspectos da homogeneização pan-hispânica. Em primeiro lugar, porque favorecem um intenso contato para muitas atividades, de todo tipo, com identidades nacionais e culturais específicas, não com uma língua

⁵ Textos produzidos a respeito pela Associação Brasileira de Hispanistas (ABH) e das associações de professores de espanhol de São Paulo (APEESP) e do Rio de Janeiro (APEERJ) podem ser consultados nos sites dessas entidades.

supranacional. Existe já, por exemplo, o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, assinado em dezembro de 2002 e aprovado, no Brasil, pelo decreto legislativo 210/04. Ele facilita enormemente o estabelecimento do habitante de um país nos outros países do bloco, sendo necessária apenas uma curta tramitação da residência mediante passaporte e certidão negativa de antecedentes criminais. Os acordos do Mercosul Educacional também vão longe e estabelecem um relacionamento claramente diferenciado entre os países membros. Os diplomas e atestados de conclusão são reconhecidos de modo praticamente automático para fins de continuidade de estudos, havendo tabelas de equivalências entre as diferentes séries da escolaridade. No caso da pós-graduação, há avançadas tratativas e ações que visam unificar critérios de credenciamento e avaliação de programas.

A essas condições, que determinam um contato com o espanhol crescentemente mediado por variedades, discursividades e funcionamentos culturais *não pan-hispânicos e com certo grau de proximidade sócio-histórica com o Brasil*, vem somar-se o fato de serem os países vizinhos os primeiros no mundo a estabelecer o português como língua escolar de oferta obrigatória. Na Argentina, a Lei 26.468, sancionada em 2008, já estabelece essa demanda e firma, no seu texto, que o governo deve promover o intercâmbio sistemático de docentes com o Brasil. Não menos importante é o acordo estabelecido em 2004 entre os Ministérios da Educação do Brasil e da Argentina para reconhecimento mútuo dos exames internacionais de proficiência CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros) e CELU (Certificado de Español Lengua y Uso), alheio este último à centralização produzida pelo SICELE - Sistema Internacional de Certificação de Espanhol como Língua Estrangeira (ver 4.2).

Enfim, todos esses passos rumo à integração regional nos campos educativo e cultural apontam uma perspectiva para o espanhol no Brasil bastante diferente da uniformização pan-hispânica e da "essência linguística" supranacional que essa política propaga mediante produtos para o mercado de ensino já elaborados para condições completamente

diferentes. É claro que a penetração política e econômica que esses grupos de poder ostentam, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos, antecipa que, embora finalmente devam resignar-se à autonomia dos países em matéria de planejamento linguístico, dificilmente não consigam, também, participação indireta na empreitada. Mas seria, precisamente, uma participação como um agente a mais, mantendo o ganho de alguns (as editoras, por exemplo, podem lucrar com *qualquer* livro), mas desistindo de outros. Daí, a urgência e o empenho em garantir, preventivamente, o maior espaço possível.

5. REPASSANDO AS TRANSFORMAÇÕES

Vemos a padronização como um aspecto da construção de uma língua como (id)entidade política. Começamos o capítulo advertindo que o construto político "língua espanhola" tem uma história de sinuosidades, vazios e saturações impossível de compreender a partir da mera observação das políticas. Por isso, decidimos atentar para as condições materiais sócio-históricas para, a partir delas, perceber as atitudes dos agentes e as políticas por eles desenvolvidas.

Não abordamos o processo do começo, iniciamos o percurso no momento histórico em que essa língua começa a ser a de vários Estados nacionais, período em que se consolida um modo de existir que a marca como peculiar entre as línguas do mundo: um equilíbrio instável, não isento de conflitos, entre diversos centros que atuam irregularmente sobre sua padronização.

A etapa policêntrica não anula a potencialidade centralizadora da ex-metrópole, que se mantém latente. Seu ressurgimento, quando mudam as condições materiais, não é um retorno. Tudo transformado pelo processo histórico, essa potência já não descansa no Estado nacional, mas nas corporações que o atravessam e na sua incorporação à economia mundial. Não há a "mãe pátria", só seus filhos na "língua de todos", auspicada por diversas grifes.

Contraditória como todas, mas original como poucas, a edificação política do castelhano/espanhol, que continua hoje, é um verdadeira fatura para a interrogação teórica e prática sobre a normalização linguística na modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUÑA, L. (2007). La certificación internacional del español como lengua extranjera: entre la megalomanía y la necesidad de los hablantes. *Addenda et Corrigenda*, 27/03/2007. <http://addendaetcorrigenda.blogia.com/2007/032701-la-certificacion-internacional-del-espanol-como-lengua-extranjera-entre-la-megal.php> (Acesso em 23/07/2009).
- ANTOLA, L., ROGERS, E. M. (1984). Televisión en América Latina. *Chasqui*, n° 9, p. 10-16.
- ARNOUX, E. N. (2008). *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862)*. Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor.
- _____. (2006). "La lengua es la patria", "nuestra lengua es mestiza" y "el español es americano": desplazamientos significativos en el III Congreso de la Lengua Española. Disponible em: <http://miradassobrelengua.blogia.com/> (consulta em 20/01/2008).
- _____. (2004). Las leyes de defensa de la lengua en la Argentina: propuestas y debates al finalizar los siglos XIX y XX. *Letterature d'America, Revista trimestrale*, n° 100. Roma: Bulzoni Editore, p. 23-50.
- ÁVILA (2001). Los medios de comunicación masiva y el español internacional, in: UNIDAD Y DIVERSIDAD DEL ESPAÑOL. II Congreso Internacional de Lengua Española. Valladolid. Disponible em: http://congresosdelalengua.es/valladolid/ponencias/unidad_diversidad_del_espanol/1_la_norma_hispanica/avila_r.htm (acceso em 22/07/2009).
- BAGNO, M. (2000). *Dramática da língua portuguesa. Tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo, Edições Loyola.
- BELLO, A. (1847/1984). *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Madrid: EDAE.
- BOSQUE, I., DEMONTE, V. (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*, 3 vols. Madrid: Espasa.
- BOURDIEU, P. (1966/2003): Campo intelectual y proyecto creador, in: *Campo de poder, campo intelectual. Itinerario de un concepto*. Buenos Aires: Editorial Quadrata, p. 11-39.
- CALVET, L.-J. (2002). *Sociolingüística. Uma introdução crítica*. Trad.: M. Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial.
- CALVET, L.-J. (2011). *As políticas linguísticas*. Trad.: W. Ferreira Netto, M. Vieira. São Paulo: Parábola Editorial.

- DEL VALLE, J. (2007). *La lengua ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana.
- _____. (2005). *La lengua, patria común: política lingüística, política exterior y el post-nacionalismo hispánico*, in: WRIGHT, R., RICKETTS, P. (orgs.), *Studies on Ibero-Romance Linguistics Dedicated to Ralph Penny*. Newark: CUEJU, p. 391-416. También disponible em <http://miradassobrelengua.blogia.com/> (acceso em 25/02/2008).
- FISHMAN, J. (2001). El nuevo orden lingüístico. *Digitum* / 3. Accessível: http://www.uoc.edu/humfil/articles/esp/fishman/fishman_imp.html (acceso em 08/02/2008).
- FONTANELLA DE WEINBERG, B. (1992). *El español de América*. Madrid: Mapfre.
- GOMEZ FONT, A. (2003). Los manuales de estilo y el español internacional. *Español Actual*, n° 79. Madrid: Arco Libros, p. 35-44.
- GONZÁLEZ, N. (2008). A lei 11.161, as orientações curriculares e as políticas públicas de formação de professores: a história de um descompasso entre o dizer e o fazer. *Anais do V Congresso Brasileiro de Hispanistas*. Belo Horizonte: UFMG, p. 3175-3188.
- JOSEPH, J. E. (1987). *The Rise of Language Standards and Standard Languages*. Londres: Francis Pinter.
- LARA, L. F. (2005). Por una reconstrucción de la idea de la lengua española. Mas allá de las fronteras instituidas. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)*, vol. III, n° 2 (6): 171-187.
- LIPSKY, J. (1998). *El español de América*. Madrid: Cátedra.
- MAETZU, R. de (1931/2005). *Defensa de la hispanidad*. Madrid: Ediciones Rialp.
- POLL, B. (2001). Essai de padronologie comparée. Quelques éléments pour une comparaison de l'espagnol et du portugais européens et américains. *Revue belge de philologie et d'histoire*, n° 79/3: 907-930.
- RAE - Real Academia Española (2005). *Diccionario pan-hispánico de dudas*. Madrid: Santillana.
- _____. (1973). *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe.
- RIVAROLA, J. L. (2001). Sobre variedades y normas del español en el marco de una cultura lingüística pluricéntrica, in: UNIDAD Y DIVERSIDAD DEL ESPAÑOL. II Congreso Internacional de Lengua Española. Valladolid. Disponible em: http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/ponencias/unidad_diversidad_del_espanol/1_la_norma_hispanica/rivarola_j.htm (acceso em 12/05/2009).
- VÁZQUEZ VILLANUEVA, G. (2009). El pan-hispanismo en el debate lingüístico postcolonial (Ortiz /Altamira, La Habana, 1910), in: *IV Coloquio de Investigadores en Estudios del Discurso y I Jornadas Internacionales sobre Discurso e Interdisciplina. Actas completas*. Córdoba: Facultad de Lenguas da Universidad Nacional de Córdoba, p. 1488-1496.
- WOLF, M. (1985). *Teorie delle comunicazioni di massa*. Milão: Bompiani.